

ESPERANÇA É O CONGRESSO

Lydia Medeiros

Da equipe do **Correio**

A tarefa de recuperar a credibilidade perdida do Brasil foi entregue ao Congresso Nacional. Deputados e senadores têm treze dias para provar aos investidores, ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e aos dirigentes das principais economias do mundo que o país cumprirá o prometido ajuste fiscal. O governo tem muita pressa. Depois das alterações na política cambial, precisa mostrar preocupação com mudanças estruturais e o alvo é a Previdência. A aprovação do projeto que estabelece a contribuição dos servidores públicos aposentados pode render até R\$ 2,3 bilhões este ano e se transformou na salvação das contas públicas.

Os presidentes da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e do Senado; Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), se reúnem com o presidente Fernando Henrique Cardoso na segunda-feira e devem discutir a necessidade de o Congresso trabalhar, sem folga, durante as duas últimas semanas da convocação extraordinária. Temer falou duas vezes ontem com Fernando Henrique e sugeriu que os parlamentares permanecessem em Brasília na próxima sexta-feira e no sábado, para votar não só o projeto que cria a contribuição previdenciária para os aposentados, mas as leis que regulamentam a reforma administrativa. "É uma idéia muito boa", aprovou o presidente.

Apesar da disposição, o Congresso ontem estava vazio. O projeto número um na agenda do governo já foi derrotado quatro vezes pela Câmara. A última votação, em dezembro, serviu para abalar a já combalida imagem brasileira no exterior. Até a reviravolta dessa semana, a idéia era renegociá-lo e reapresentá-lo em fevereiro, com os parlamentares eleitos em outubro já empossados.

Tudo mudou depois da quarta-feira, quando mudaram também o câmbio e o comando do Banco Central. No mesmo dia, houve uma avalanche de votos a favor de uma medida provisória que aumentou impostos, rendendo R\$ 2,1 bilhões ao governo. Mesmo assim, no dia seguinte o país perdeu R\$ 1,7 bilhão. "Não é justo jogar todo o peso do ajuste no Congresso, mas não podemos nos abster da nossa responsabilidade. Vamos aprovar o projeto para sair dessa situação", disse o líder do PMDB, Geddel Vieira Lima (BA).

Os líderes acertaram com o ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, uma nova proposta, com diferentes alíquotas para desconto em quatro faixas de rendimentos: isenção até R\$ 600, desconto de 11% entre R\$ 600 e R\$ 1,2 mil; de 20% entre R\$ 1,2 mil e R\$ 2,5 mil; e 25% para a parcela acima de R\$ 2,5 mil.

A oposição deve continuar contra essa contribuição. "Não adianta jogar nas costas do Congresso essa responsabilidade", avaliou o líder do PT, deputado Marcelo Déda (PT-SE).